

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Em seu caderno de provas, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1-I

Ubuntu é uma filosofia moral e humanista africana que se fundamenta nas alianças e no relacionamento mútuo entre as pessoas. Nasce da ideia ancestral (datada de 1.500 anos a.C.) de que a força da comunidade vem do apoio comunitário e de que a dignidade e a identidade são alcançadas por meio do mutualismo, da empatia, da generosidade, do compromisso comunitário e do trabalho colaborativo em prol de si mesmo e dos demais. Nesse sentido, o ubuntu se diferencia da filosofia ocidental derivada do racionalismo iluminista, que coloca o indivíduo no centro da concepção de ser humano.

Na realidade, ubuntu é a expressão compartilhada de vivências cotidianas. Consiste em uma forma de conhecimento aplicado que estimula a jornada rumo “ao tornar-se humano” ou “ao que nos torna humanos” ou, em seu sentido coletivo, a uma humanidade que transcende a alteridade em todos os níveis interpessoais.

A noção fundamental da ética ubuntu é a “filosofia do nós”. Os princípios de partilha, preocupação e cuidado mútuos, além de solidariedade, são seus elementos constitutivos. Claramente, a ética ubuntu está baseada no altruísmo, na fraternidade e na colaboração entre as pessoas, bem como na bondade, na lealdade e na felicidade. Ubuntu e felicidade, inclusive, são ideias profundamente conectadas. No conceito africano, entende-se a felicidade como aquilo que faz bem a toda a coletividade ou ao outro.

Na filosofia ubuntu, acredita-se que a pessoa só é humana por meio de sua pertença a um coletivo humano, que a humanidade de uma pessoa é definida por meio de sua humanidade para com os outros, que uma pessoa existe por meio da existência dos outros em uma relação indissociável consigo mesma, que o valor da humanidade está diretamente ligado à forma como a pessoa apoia a humanidade e a dignidade dos outros e, ainda, que a humanidade de uma pessoa é definida por seu compromisso ético com os outros, sejam eles quem forem.

A ideia central de humanidade e colaboração mútua contida no ubuntu permite a aplicação dessa filosofia em qualquer atividade, tal como a política, a educação, os esportes, o direito, a medicina e a gestão de empresas. Na área de negócios, particularmente, o ubuntu está sendo traduzido para o mundo corporativo na forma de gestão participativa.

Questão 1

De acordo com o texto CG1A1-I,

- Ⓐ a vida em sociedade só funciona bem se as relações interpessoais forem isentas de sentimentos egocêntricos.
- Ⓑ ninguém é verdadeiramente feliz sem praticar o bem ao próximo.
- Ⓒ no ubuntu, para que uma pessoa seja considerada humana, é necessário que ela faça parte de um coletivo de pessoas, sendo sua humanidade definida com base em seu comprometimento ético para com os demais.
- Ⓓ a política, a educação, os esportes e o direito, entre outros, são atividades que devem ser desenvolvidas sob os princípios de humanidade e colaboração mútua.
- Ⓔ os funcionários de empresas cuja gestão é baseada no ubuntu tendem a ser mais satisfeitos com seu trabalho do que os de empresas que não se guiam por essa filosofia.

Questão 2

No segundo período do primeiro parágrafo do texto CG1A1-I, a palavra “prol” está empregada com o mesmo sentido de

- Ⓐ proveito.
- Ⓑ socorro.
- Ⓒ partilha.
- Ⓓ desfavor.
- Ⓔ razão.

Questão 3

A correção gramatical e a coerência do texto CG1A1-I seriam mantidas caso a expressão “se diferencia”, no último período do primeiro parágrafo, fosse substituída por

- Ⓐ se distancia.
- Ⓑ é adepto.
- Ⓒ prescinde.
- Ⓓ distingue.
- Ⓔ se diverge.

Questão 4

No segundo parágrafo do texto CG1A1-I, o termo “que”, em “que transcende a alteridade em todos os níveis interpessoais”, retoma

- Ⓐ “uma humanidade”.
- Ⓑ “ubuntu”.
- Ⓒ “forma de conhecimento aplicado”.
- Ⓓ “sentido coletivo”.
- Ⓔ “jornada”.

Questão 5

No segundo parágrafo do texto CG1A1-I, o trecho “a uma humanidade que transcende a alteridade em todos os níveis interpessoais” funciona sintaticamente como complemento do termo

- Ⓐ “estimula”.
- Ⓑ “conhecimento”.
- Ⓒ “aplicado”.
- Ⓓ “jornada”.
- Ⓔ “rumo”.

Questão 6

Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o seguinte trecho do texto CG1A1-I: “A noção fundamental da ética ubuntu é a ‘filosofia do nós’. Os princípios de partilha, preocupação e cuidado mútuos, além de solidariedade, são seus elementos constitutivos.” (terceiro parágrafo). Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a correção gramatical e a coerência do texto.

- A A noção fundamental da ética ubuntu é a “filosofia do nós”, os princípios de partilha, preocupação e cuidado mútuos além de solidariedade, são seus elementos constitutivos.
- B A noção fundamental da ética ubuntu é a “filosofia do nós”: os princípios de partilha, preocupação e cuidado mútuos, além de solidariedade, são seus elementos constitutivos.
- C A noção fundamental da ética ubuntu é a “filosofia do nós”, mas os princípios de partilha, preocupação e cuidado mútuos, além de solidariedade, são seus elementos constitutivos.
- D A noção fundamental da ética ubuntu é a “filosofia do nós”, por isso os princípios de partilha, preocupação e cuidado mútuos, além de solidariedade, são seus elementos constitutivos.
- E A noção fundamental da ética ubuntu é a “filosofia do nós”, logo os princípios de partilha, preocupação e cuidado mútuos, além de solidariedade, são seus elementos constitutivos.

Questão 7

Mantendo-se a correção gramatical e o sentido do trecho “No conceito africano, entende-se a felicidade como aquilo que faz bem a toda a coletividade ou ao outro”, no terceiro parágrafo do texto CG1A1-I, a expressão “entende-se a felicidade” poderia ser substituída por

- A a felicidade é entendida.
- B a felicidade vem sendo entendida.
- C entendem-se a felicidade.
- D vem entendendo a felicidade.
- E a felicidade pode ser entendida.

Questão 8

Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o seguinte trecho do último parágrafo do texto CG1A1-I: “A ideia central de humanidade e colaboração mútua contida no ubuntu permite a aplicação dessa filosofia em qualquer atividade, tal como a política, a educação, os esportes, o direito, a medicina e a gestão de empresas.”. Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a correção gramatical do texto.

- A A ideia central de humanidade e colaboração mútua contida no ubuntu permitem a aplicação dessa filosofia em qualquer atividade, tal como a política, a educação, os esportes, o direito, a medicina e a gestão de empresas.
- B A ideia central de humanidade e colaboração mútua contida no ubuntu permite a aplicação dessa filosofia em quaisquer atividades, tais como a política, a educação, os esportes, o direito, a medicina e a gestão de empresas.
- C As ideias centrais de humanidade e colaboração mútua contida no ubuntu permite a aplicação dessa filosofia em qualquer atividade, tal como a política, a educação, os esportes, o direito, a medicina e a gestão de empresas.
- D A ideia central de humanidade e colaboração mútua contidas no ubuntu permitem a aplicação dessa filosofia em qualquer atividade, tal como a política, a educação, os esportes, o direito, a medicina e a gestão de empresas.
- E A ideia central de humanidade e colaboração mútua contida no ubuntu permite a aplicação dessa filosofia em qualquer atividades, tais como a política, a educação, os esportes, o direito, a medicina e a gestão de empresas.

Questão 9

A aplicação gerencial de parâmetros éticos e de responsabilidade social em uma organização é denominada

- A governabilidade.
- B *accountability*.
- C responsabilidade socioambiental.
- D responsividade ético-corporativa.
- E governança.

Questão 10

No nível operacional, a função administrativa de organização se manifesta por meio da promoção de

- A desenho departamental.
- B desenho organizacional.
- C planejamento estratégico.
- D modelagem de trabalho.
- E planejamento de cargos e salários.

Questão 11

Em sua aplicação à gestão de pessoas, a função da administração denominada direção pode manifestar-se na tarefa de

- A gerir conflitos.
- B designar as tarefas de cada equipe.
- C estabelecer objetivos por projeto.
- D adotar ações corretivas para resultados não atingidos.
- E mensurar resultados parciais.

Questão 12

Considerando as regras que regem o processo administrativo e, especificamente, a competência, assinale a opção correta.

- A Os atos de caráter normativo podem ser delegados, desde que circunstâncias de ordem técnica o exijam.
- B Inexistindo vedação legal específica, mostra-se viável a delegação de parte de competência de um órgão para outro, mesmo que não exista relação de subordinação hierárquica entre eles.
- C Quando presente situação de índole social, a delegação de competência para o julgamento de recursos administrativos é viável.
- D O agente público delegante é responsável pelas decisões adotadas pelo delegado.
- E Considerando o poder hierárquico, o processo administrativo deverá ser iniciado, em regra, perante a autoridade de maior grau.

Questão 13

Considerando que o inadimplemento das obrigações, por culpa do particular, nas contratações realizadas pela administração pública impõe o dever de aplicação de penalidade, assinale a opção correspondente ao princípio caracterizador do regime administrativo que torna obrigatória a efetivação da sanção.

- A indisponibilidade do interesse público
- B publicidade
- C vinculação ao contrato
- D aderência aos deveres anexos
- E função social

Questão 14

Julgue os itens que se seguem, considerando as modalidades de licitação previstas na Lei n.º 8.666/1993 e na Lei n.º 10.520/2002.

- I Concorrência é a modalidade de ampla participação em que, na fase inicial de habilitação preliminar, os interessados devem comprovar possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos em edital para execução do objeto previsto.
- II Convite é a modalidade utilizada para seleção de trabalho técnico, científico ou artístico, cujos critérios estejam previamente descritos em edital, inclusive quanto a remuneração ou instituição de prêmios aos vencedores.
- III Pregão é a modalidade utilizada para aquisição de bens e serviços comuns cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- IV Tomada de preços é a modalidade de licitação utilizada para a venda de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B II e III.
- C II e IV.
- D III e IV.
- E I e III.

Questão 15

Tendo como referências a CF e a jurisprudência do STF, acerca de partidos políticos, julgue os itens subsequentes.

- I A criação de partidos políticos é livre e não pode ser limitada pelo Poder Judiciário, cabendo ao Tribunal Superior Eleitoral somente a checagem do cumprimento de aspectos formais.
- II A utilização de organizações paramilitares pelos partidos é expressamente vedada pelo texto constitucional.
- III Partido que receba parlamentar transferido por justa causa não fará jus à eventual sucessão da vaga.
- IV Ao partido político que tiver eleito quinze deputados, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, será assegurado o acesso gratuito a rádio e televisão e, ainda, o direito a recurso do fundo partidário.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e IV.
- D I, II e III.
- E II, III e IV.

Questão 16

Considerando as disposições da CF a respeito da competência para legislar acerca de trânsito, juntas comerciais e navegação lacustre e fluvial, assinale a opção correta.

- A Os municípios possuem competência, concorrentemente com a União, para legislar sobre trânsito.
- B Não existindo lei estadual com regras gerais sobre juntas comerciais, os municípios exercerão a competência legislativa plena.
- C Os estados possuem competência suplementar para legislar sobre trânsito.
- D O estado pode legislar sobre navegação lacustre e fluvial, desde que lei complementar específica o autorize.
- E A União pode estabelecer normas específicas sobre juntas comerciais, e não apenas normas gerais.

Questão 17

Zeca, nascido na Guiana Francesa e filho de pai brasileiro, teve seu nascimento registrado em repartição brasileira competente e optou pela nacionalidade brasileira. Com 21 anos de idade e domiciliado no estado do Amapá, Zeca pretende candidatar-se ao cargo de deputado estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, embora ainda não possua filiação partidária.

Nessa situação hipotética, nos termos da CF,

- A Zeca precisa filiar-se a algum partido para concorrer como candidato a cargo público elegível.
- B Zeca é inelegível por ter nascido na Guiana Francesa.
- C O local de residência de Zeca é irrelevante para concorrer ao cargo de deputado estadual.
- D Zeca seria considerado brasileiro naturalizado somente se sua mãe e seu pai fossem brasileiros natos.
- E A idade de Zeca o impede de concorrer ao cargo de deputado estadual.

Questão 18

Conforme o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado Ceará, no que se refere à inviolabilidade e à imunidade parlamentar, se deputado estadual cometer crime, somente poderá ser preso em flagrante,

- A após a eleição, por crime inafiançável ou não, competindo à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após o rito procedimental na casa legislativa, oferecer parecer prévio sobre o relaxamento ou não da prisão.
- B após a expedição do diploma, por crime inafiançável, competindo à Comissão de Fiscalização e Controle, após o rito procedimental na casa legislativa, oferecer parecer prévio sobre o relaxamento ou não da prisão.
- C após a eleição, por crime inafiançável, competindo à Comissão de Fiscalização e Controle, após o rito procedimental na casa legislativa, oferecer parecer prévio sobre o relaxamento ou não da prisão.
- D após a eleição, por crime inafiançável ou não, competindo à Ouvidoria Parlamentar, após o rito procedimental na casa legislativa, oferecer parecer prévio sobre o relaxamento ou não da prisão.
- E após a expedição do diploma, por crime inafiançável, competindo à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após o rito procedimental na casa legislativa, oferecer parecer prévio sobre o relaxamento ou não da prisão.

Questão 19

Servidor público do estado do Ceará, que se afaste, durante o estágio probatório, do exercício de suas funções terá suspensão do estágio durante o período de afastamento, se for por motivo de

- A júri.
- B férias.
- C licença especial.
- D desempenho de função eletiva federal.
- E licença à servidora gestante.

Questão 20

Na estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, considera-se órgão de assessoramento

- A o Programa de Orientação, Proteção e Defesa do Consumidor (Procon Assembleia).
- B o Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos.
- C a Coordenadoria de Eventos e Cerimonial.
- D o Comitê de Prevenção e Combate à Violência.
- E a Corregedoria Parlamentar.

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 21**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00(R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, a elaboração do relatório financeiro, para fins gerais, deve priorizar a prestação de informações financeiras que sejam úteis para a tomada de decisões de

- A investidores e credores, existentes e potenciais.
- B administradores e membros de conselhos fiscais.
- C órgãos reguladores e fiscalizadores.
- D profissionais da contabilidade e auditores independentes.
- E pessoas do público em geral, sem distinção.

Questão 22

Maximizar a qualidade da informação contábil, para torná-la, o quanto for possível, mais completa, neutra e isenta de erros, permitirá o melhor atingimento da característica qualitativa da informação contábil denominada de

- A relevância.
- B comparabilidade.
- C representação fidedigna.
- D compreensibilidade.
- E capacidade de verificação.

Questão 23

Sempre que as disposições da lei tributária vierem a prescrever a utilização de métodos ou critérios contábeis distintos dos estabelecidos na legislação societária, a Lei n.º 6.404/1976 determina a adoção do procedimento de

- A modificação da escrituração mercantil e das demonstrações contábeis obrigatórias, de maneira que sejam contempladas as disposições emanadas da lei tributária.
- B aplicação de dois sistemas contábeis distintos, de modo que sejam atendidas as disposições da lei tributária e as contidas na legislação societária.
- C atendimento das disposições da lei tributária exclusivamente em livros ou registros auxiliares.
- D evidenciação, em notas explicativas, das diferenças entre o lucro calculado com base na lei tributária e o lucro obtido a partir do cumprimento da legislação societária.
- E manutenção da escrituração mercantil e das demonstrações contábeis obrigatórias, conforme a legislação societária, seguida de conciliações periódicas das contas cujos métodos contábeis sejam distintos dos dispositivos da lei tributária.

Questão 24

De acordo com o CPC 00(R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, as reivindicações contra os recursos econômicos da entidade que reporta são compostas exclusivamente pelo(s) elemento(s) das demonstrações contábeis da referida entidade denominado(s) de

- A ativo.
- B ativo e passivo.
- C passivo.
- D patrimônio líquido.
- E passivo e patrimônio líquido.

Questão 25

Assinale a opção em que todas as contas listadas contêm elementos que devem ser apresentados como ativos no balanço patrimonial de uma empresa industrial.

- A Seguros pagos antecipadamente, depreciação acumulada, ações em tesouraria e adiantamentos de clientes.
- B Provisão para 13.º salário, depósitos bancários, adiantamentos a fornecedores e marcas e patentes.
- C Produtos em elaboração, descontos obtidos, máquinas e equipamentos, e provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- D Amortização acumulada, aplicações financeiras, disponibilidades em moeda estrangeira e adiantamentos salariais.
- E Reservas para contingências, duplicatas descontadas, participações em outras entidades e depósitos de poupança.

Questão 26

De acordo com a legislação societária, o investimento efetuado por uma empresa industrial na aquisição de matéria-prima deve ser avaliado, no balanço patrimonial da referida empresa, pelo

- A custo de aquisição da matéria-prima, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando esse for inferior.
- B preço pelo qual a matéria-prima possa ser reposta, mediante aquisição no mercado.
- C preço líquido de realização da matéria-prima, mediante venda no mercado.
- D custo de aquisição da matéria-prima, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação.
- E custo de aquisição da matéria-prima, deduzido de eventuais perdas por redução ao seu valor recuperável.

Questão 27

Uma companhia aberta apresentou, no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018, os seguintes saldos relativos a um investimento feito em um imóvel:

ativo imobilizado	R\$ 472.000,00
imóveis de uso	R\$ 500.000,00
(-) depreciação acumulada	(R\$ 25.000,00)
(-) perdas no valor recuperável	(R\$ 3.000,00)

No exercício de 2019, essa companhia submeteu o imóvel a um novo teste de redução ao valor recuperável, estimando em R\$ 460.000,00 o valor em uso do imóvel, e em R\$ 455.000,00 o valor de venda do referido ativo. A despesa de depreciação do imóvel no referido ano foi de R\$ 25.000,00.

Com base nessa situação hipotética, o efeito contábil do teste de redução ao valor recuperável no resultado da companhia, relativamente ao exercício de 2019, foi uma

- A receita no valor de R\$ 13.000,00.
- B despesa no valor de R\$ 17.000,00.
- C receita no valor de R\$ 3.000,00.
- D despesa no valor de R\$ 12.000,00.
- E despesa no valor de R\$ 15.000,00.

Questão 28

Uma companhia aberta vendeu mercadorias a prazo por R\$ 100.000,00, com vencimento em parcela única para daqui a cinco anos. Se a venda fosse à vista, o valor das mercadorias teria sido de R\$ 62.092,13, o que equivale a um custo financeiro anual de 10%.

O registro que reflete todos os efeitos contábeis dessa transação hipotética nas receitas da companhia, na data em que a venda foi efetivada, é de

- A R\$ 100.000,00, a crédito de receitas de vendas, retificado por um registro de R\$ 37.907,87, a débito de deduções sobre vendas.
- B R\$ 62.092,13, a crédito de receitas de vendas.
- C R\$ 62.092,13, a crédito de receitas de vendas, e R\$ 37.907,87, a crédito de receitas financeiras.
- D R\$ 62.092,13, a crédito de receitas de vendas, e R\$ 37.907,87, a crédito de receitas não operacionais.
- E R\$ 100.000,00, a crédito de receitas de vendas.

Questão 29

O evento que afeta diretamente o valor do lucro líquido apresentado na demonstração do resultado do exercício (DRE) de uma sociedade anônima é

- A a alienação de partes beneficiárias.
- B a declaração de dividendos a serem pagos aos acionistas.
- C a participação de empregados no lucro da entidade.
- D o adiantamento concedido a terceiros em razão de um serviço que será prestado no mês seguinte à entidade.
- E a amortização de parcela do saldo devedor de um empréstimo obtido de um banco.

Questão 30

Um dos efeitos gerados pela constituição de reservas de lucros a realizar por parte de uma sociedade anônima é o de possibilitar

- A o pagamento imediato dos dividendos obrigatórios aos acionistas da empresa.
- B a exclusão dos resultados não realizados da base de cálculo dos dividendos obrigatórios.
- C o pagamento de dividendos obrigatórios com base no lucro decorrente da valorização de ativos mensurados a valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra até o término do exercício social seguinte.
- D o reconhecimento de um passivo no exato montante dos dividendos obrigatórios do exercício social findo.
- E a utilização de parte dos dividendos obrigatórios para o aumento do capital social da empresa no futuro.

Questão 31

Na demonstração do resultado abrangente (DRA), classifica-se como outros resultados abrangentes

- A o efeito de mudança em estimativa contábil.
- B o lucro líquido do exercício.
- C o ajuste de avaliação patrimonial.
- D a receita de equivalência patrimonial.
- E a receita de juros a apropriar em exercícios futuros.

Questão 32

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03(R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), as movimentações que envolvem, exclusivamente, itens classificados como caixa ou equivalentes de caixa devem ser

- A apresentadas como parte de suas atividades operacionais.
- B apresentadas como parte de suas atividades de financiamento.
- C apresentadas como parte de suas atividades de investimento.
- D apresentadas em base líquida ao final da DFC.
- E excluídas dos fluxos de caixa apresentados na DFC.

Questão 33

Na demonstração do valor adicionado (DVA), as receitas financeiras devem ser classificadas pelas companhias abertas não financeiras como

- A distribuição da riqueza.
- B valor adicionado recebido em transferência.
- C riqueza criada pela própria entidade.
- D remuneração de capital de terceiros.
- E insumo adquirido de terceiros.

Questão 34

O evento que provoca o aumento do giro dos estoques de uma empresa comercial é

- A o aumento da participação de itens obsoletos no estoque.
- B a redução dos prazos médios de recebimento das vendas efetuadas a prazo.
- C a elevação dos níveis de estoques mantidos pela empresa.
- D a redução da participação das vendas a prazo nas vendas totais da empresa.
- E o aumento da quantidade de mercadorias vendidas.

Questão 35

Como resultado de extensivo trabalho de convergência da contabilidade pública brasileira aos padrões internacionais, foram introduzidas nessa área significativas modificações, a fim de lhe dar o caráter de ciência, entre as quais a modificação

- A nas demonstrações.
- B no objeto.
- C nas práticas.
- D nos métodos.
- E no público-alvo.

Questão 36

Conforme definições da NBC TSP Estrutura Conceitual, a contabilidade pública é a ciência que tem por objeto

- A as contas públicas.
- B o orçamento público.
- C os ativos públicos.
- D o patrimônio público.
- E as finanças públicas.

Questão 37

Com relação à terminologia, aos conceitos e às definições contidas na NBC TSP 01 – Receitas de Transações sem Contraprestação, julgue os itens seguintes.

- I O controle de um ativo ocorre quando a entidade que o detém pode utilizá-lo ou se beneficiar dele para atingir seus objetivos, ainda que sem poder excluir ou regular o acesso de outras partes aos benefícios do ativo.
- II Uma transação sem contraprestação ocorre quando o ente público recebe recursos, e entrega, em troca, valor irrisório.
- III Um ativo imobilizado deve ser reconhecido somente quando for provável que os benefícios econômicos futuros e o potencial de serviços associados ao ativo fluam para a entidade e quando puder ser mensurado, de modo confiável, o valor justo do ativo.
- IV A exigência de que um ativo transferido seja devolvido ao transferente, caso a utilização do ativo não seja feita da forma especificada, configura uma restrição sobre esse ativo transferido.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C I e IV.
- D II e III.
- E II e IV.

Questão 38

De acordo com a NBC TSP, deve ser reconhecida *pro rata tempore*, com base em taxa efetiva, a receita de

- Ⓐ contribuições.
- Ⓑ juros.
- Ⓒ dividendos.
- Ⓓ *royalties*.
- Ⓔ impostos.

Questão 39

No tratamento de passivos e ativos contingentes, a avaliação da presença de riscos e incertezas é determinante. A esse respeito, segundo definições da NBC TSP 03, conceitua-se risco como

- Ⓐ a possibilidade de que ocorra uma perda.
- Ⓑ a perda ou o ganho orçados.
- Ⓒ a matematização da incerteza.
- Ⓓ a imponderabilidade dos fatos.
- Ⓔ a ocorrência de determinado evento.

Questão 40

Um ente público, responsável pela política de preços agrícolas, exerce tal atribuição mantendo estoques de produtos não perecíveis. Esse ente possui estoques de dado produto, em perfeito estado de uso e comercialização, adquiridos por R\$ 45 bilhões. Atualmente, o volume desse produto em estoque está sendo trocado por R\$ 44 bilhões entre os agentes de mercado. Os gestores observaram que o ente tem despesas de 5% sobre o valor do estoque para colocá-lo no mercado. Está previsto que a aquisição do mesmo volume de estoque na safra que se aproxima custará R\$ 50 bilhões.

Considerando-se essa situação hipotética, segundo prescreve a NBC TSP 04 – Estoques, o ente deve

- Ⓐ baixar o valor em R\$ 1 bilhão como perda de valor do estoque.
- Ⓑ fazer provisão de R\$ 5 bilhões para a valorização do estoque.
- Ⓒ abster-se de realizar qualquer registro, em razão da valorização prevista.
- Ⓓ reconhecer como despesa o custo de comercialização do estoque.
- Ⓔ registrar provisão de R\$ 2,25 bilhões para a perda de valor realizável.

Questão 41

Um ente público concedeu determinado serviço para a exploração de um particular, o qual realizou melhorias nos ativos públicos, para poder prestar um serviço de qualidade. O concedente comprometeu-se a pagar pelas melhorias, parte com recursos financeiros e parte com concessão de novos direitos ao concessionário.

Nessas condições, o concedente deve reconhecer contabilmente, para com o concessionário,

- Ⓐ os novos direitos contra uma conta de receita.
- Ⓑ um passivo total único.
- Ⓒ os dois passivos, em separado.
- Ⓓ apenas o passivo financeiro.
- Ⓔ a valorização do ativo contra uma conta de provisão.

Questão 42

Com atendimento às normas da contabilidade patrimonial e orçamentária, foi realizado, na contabilidade de determinado ente público, o seguinte registro contábil:

débito – caixa e equivalentes em moeda nacional;
crédito – créditos tributários a receber.

Sob a ótica patrimonial e orçamentária, essa contabilização representa

- Ⓐ o reconhecimento da receita patrimonial em regime de caixa e o da receita orçamentária em função do recolhimento.
- Ⓑ a baixa de direito patrimonial anteriormente registrado, e o fato gerador da receita orçamentária.
- Ⓒ a ocorrência do fato gerador da receita patrimonial, sem impacto orçamentário.
- Ⓓ o registro da arrecadação tributária, com impacto nas receitas patrimonial e orçamentária.
- Ⓔ o reconhecimento do lançamento tributário, sem impacto patrimonial ou orçamentário.

Questão 43

No que concerne à despesa orçamentária, julgue os itens subsequentes.

- I Exemplo do conflito entre os conceitos de despesa patrimonial e despesa orçamentária é o tratamento dos eventos de suprimento de fundos, que, embora percorram os três estágios da despesa orçamentária, não afetam o patrimônio líquido do ente e, portanto, não representam uma despesa patrimonial.
- II Transferência é o ato de entregar recursos financeiros a outro ente da Federação ou a consórcio público, para a execução de ações de responsabilidade ou competência do ente que os entregou.
- III Livros e outros materiais bibliográficos destinados às bibliotecas públicas, em razão de sua durabilidade, são classificados como materiais permanentes e, portanto, são incorporados ao patrimônio público.
- IV A despesa cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas para a qual o direito do credor ainda esteja vigente, poderá receber tratamento de despesa de exercício anterior.

Estão corretos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ I e IV.
- Ⓓ II e III.
- Ⓔ II e IV.

Questão 44

Para fins de *accountability*, em consonância com a NBC TSP 11, o conjunto de receitas e despesas previstas em contraposição às realizadas é apresentado no quadro

- Ⓐ principal do balanço patrimonial.
- Ⓑ da execução dos restos a pagar não processados do balanço orçamentário.
- Ⓒ da execução dos restos a pagar processados.
- Ⓓ do superávit ou do déficit financeiro.
- Ⓔ principal do balanço orçamentário.

Questão 45

No balanço patrimonial, são considerados itens ativos não circulantes aqueles

- A cujo propósito seja ser negociado.
- B créditos cujo devedor tenha a faculdade plena de adiar o pagamento por prazo superior a doze meses.
- C realizáveis no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- D que se espera realizar em até doze meses após a data do balanço patrimonial.
- E que sejam caixa ou equivalentes de caixa e estejam livres de qualquer vedação à sua utilização.

Questão 46

O relatório contábil que permite analisar como as políticas adotadas pelos entes públicos geraram modificações no patrimônio público é

- A o balanço patrimonial.
- B o balanço orçamentário.
- C a demonstração dos fluxos de caixa.
- D a demonstração das mutações no patrimônio líquido.
- E a demonstração das variações patrimoniais.

Questão 47

Para fins de apuração dos fluxos de caixa do ente público, os dividendos recebidos e os dividendos pagos devem ser tratados, respectivamente, como fluxos de caixa de atividades

- A de investimento e de financiamento.
- B de investimento e operacionais.
- C de financiamento e de investimento.
- D de financiamento e operacionais.
- E operacionais e de financiamento.

Questão 48

A relação entre a Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é que a DMPL

- A subsidia a elaboração da LDO.
- B precede a divulgação do projeto da LDO.
- C complementa o anexo de metas fiscais da LDO.
- D integra o projeto da LDO.
- E complementa o anexo de riscos fiscais da LDO.

Questão 49

Acerca da classificação das políticas públicas referidas quanto às funções econômicas do Estado, julgue os itens a seguir.

- I A obra pública de transposição do rio São Francisco configura um exemplo da função alocativa.
- II As políticas econômicas governamentais adotadas, nas décadas de 1980 e 1990, para controlar a hiperinflação são exemplos da função estabilizadora.
- III As políticas de transferência de renda a populações mais carentes, como o programa Bolsa Família ou o Abono/Auxílio Emergencial distribuído no período da pandemia, são exemplos da função distributiva.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 50

Julgue os próximos itens, no que se refere ao planejamento orçamentário da administração pública brasileira.

- I O instrumento de planejamento governamental em que consta a fixação das despesas da administração pública em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas é a Lei Orçamentária Anual.
- II A Lei de Diretrizes Orçamentárias materializa a realização das políticas públicas adotadas pelo governo.
- III O Plano Plurianual deverá conter o anexo de metas fiscais.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Texto 1A2-I

Determinada entidade do setor público apresentou o demonstrativo financeiro relativo a receitas e despesas recebidas em 2019, conforme o quadro hipotético seguinte.

receitas		despesas	
receita patrimonial	R\$ 500.000	pessoal ativo	R\$ 10.000.000
receita industrial	R\$ 100.000	amortização de dívida de LP	R\$ 1.000.000
operações de crédito	R\$ 1.000.000	aquisição de material de expediente	R\$ 100.000
alienação de bens	R\$ 100.000	juros sobre a dívida por contrato	R\$ 1.000.000
amortização de empréstimos	R\$ 100.000	aquisição de pneus para frota de veículos	R\$ 200.000
receita tributária	R\$ 10.000.000	aluguel de veículo	R\$ 100.000
transferências de capital	R\$ 1.000.000	obrigações patronais	R\$ 1.000.000
transferências correntes	R\$ 5.000.000	construção de unidade básica de saúde	R\$ 5.000.000
receita de contribuições	R\$ 1.000.000	aquisição de imóveis para instalação de postos de saúde	R\$ 1.000.000
receita de serviços	R\$ 1.100.000	encargos sobre operações de crédito	R\$ 500.000

Questão 51

Com base nos dados apresentados no texto 1A2-I, o valor correto das receitas de capital é

- A R\$ 1.100.000.
- B R\$ 1.200.000.
- C R\$ 2.000.000.
- D R\$ 2.200.000.
- E R\$ 2.100.000.

Questão 52

Com base nos dados mostrados no texto 1A2-I, o valor correto das despesas de capital é

- A R\$ 8.500.000.
- B R\$ 6.000.000.
- C R\$ 8.000.000.
- D R\$ 7.500.000.
- E R\$ 7.000.000.

Questão 53

Determinada entidade pública realizou regular licitação para a compra de medicamentos, cuja entrega foi efetivada e devidamente atestada pelo órgão público em 31/12/2019. Entretanto, devido à burocracia interna da entidade, o pagamento só foi realizado trinta dias após a entrega dos medicamentos.

Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que o estágio

- A da fixação da despesa não ocorreu em 2019.
- B do empenho da despesa não ocorreu em 2019.
- C do lançamento da despesa ocorreu em 2019.
- D do pagamento da despesa ocorreu em 2019.
- E da liquidação da despesa ocorreu em 2019.

Questão 54

Com fundamento na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei n.º 4.320/1964, caso o setor de mineração brasileiro recorra ao Governo Federal com o objetivo de obter empréstimo para poder se capitalizar e aumentar a sua produção mineral, o empréstimo solicitado

- A não poderá ser concedido, devido a proibição expressa na LRF.
- B deverá ser contratado na forma de adiantamento de receitas orçamentárias, para quitação até o dia 31 de dezembro do mesmo exercício financeiro.
- C não poderá ser concedido, em virtude de proibição expressa na Lei n.º 4.320/1964.
- D poderá ser efetivado, desde que haja autorização em lei específica, observância às disposições da LDO e previsão na LOA ou em crédito adicional.
- E poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Executivo, já que independe de aprovação legislativa.

Questão 55

Considerando-se os dispositivos da LRF aplicáveis ao caso, se o setor das empresas mineradoras defender, junto ao Governo Federal, a necessidade de renúncia de receita para gerar desenvolvimento nas regiões Norte e Sudeste do país, essa renúncia tributária poderá compreender crédito

- A extemporâneo.
- B presumido.
- C provisório.
- D majorado.
- E especial.

Questão 56

No que concerne à gestão fiscal, julgue os itens que se seguem.

- I Está proibido de receber transferências voluntárias da União, por ausência de requisito essencial da gestão fiscal responsável, o município que institua taxas e realize estimativas da receita associada, mas que não efetive a arrecadação de tal receita.
- II Para fins de cumprimento de metas fiscais, o Poder Executivo federal poderá limitar, mediante decreto de contingenciamento, a execução de despesas decorrentes de obrigação constitucional, dado o caráter meramente autorizativo da LOA.
- III Caso a realização de receita prevista no orçamento seja incompatível com as metas fiscais da LDO, conforme apuração bimestral, os Poderes Judiciário e Legislativo estarão sujeitos às regras de limitação de empenho da despesa e de movimentação financeira.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 57

Acerca do novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional (EC) n.º 95/2016 (federal) e pela EC n.º 88/2016 (estado do Ceará), julgue os itens a seguir.

- I O novo regime fiscal definido na EC n.º 95/2016 aplica-se a toda a Federação.
- II As despesas primárias relativas ao aumento de capital de empresas estatais não dependentes estão inclusas nas limitações de gastos do novo regime fiscal.
- III Se a Assembleia Legislativa do Ceará ultrapassar o limite individualizado de despesas definido pelo novo regime fiscal da EC n.º 88/2016, ficará proibida de promover alteração na estrutura de suas carreiras que implique aumento de despesa com pessoal.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 58

Julgue os itens subsecutivos, quanto às competências do Conselho de Governança Fiscal do Estado do Ceará, definidas na EC n.º 94/2018.

- I Compete a esse conselho a edição de projeto de lei complementar com vistas à alteração dos limites de gastos primários, a que se refere o novo regime fiscal estadual (EC n.º 88/2016), para fins do necessário equilíbrio fiscal do Estado.
- II É de competência desse conselho a prorrogação do novo regime fiscal, se isso se mostrar necessário ao equilíbrio fiscal do Estado.
- III Compete a esse conselho o encerramento do novo regime fiscal.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 59

A possibilidade de o auditor não detectar distorção relevante existente em demonstrações contábeis caracteriza o risco

- A inerente.
- B de auditoria.
- C de detecção.
- D de distorção relevante.
- E de controle.

Questão 60

Com referência aos riscos envolvidos em uma auditoria, assinale a opção correspondente àqueles que não são afetados pelo trabalho do auditor.

- A risco residual e risco de detecção
- B risco de auditoria e risco de amostragem
- C risco de auditoria e risco de detecção
- D risco de distorção relevante e risco de amostragem
- E risco inerente e risco de controle

Questão 61

O objetivo do auditor, ao selecionar uma amostra, é fazer inferências sobre a população da qual esta provém, sendo que diversos fatores influenciam seu tamanho. Assinale a opção que identifica corretamente o fator que acarreta o aumento de tamanho da amostra.

- A redução na avaliação de risco de distorções relevantes
- B estratificação da população, quando apropriada
- C aumento do risco de amostragem que o auditor está disposto a assumir
- D aumento na taxa tolerável de desvio da população
- E redução na taxa esperada de desvio da população

Questão 62

Antes de formar uma conclusão geral sobre a despesa de pessoal, um auditor decidiu dividir a despesa de pessoal do ano pela quantidade média de funcionários ao longo do ano e comparar a média salarial obtida com a observada no ano anterior, para verificar se o aumento no salário médio foi compatível com o acordo coletivo de trabalho.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção que nomeia corretamente o tipo de teste realizado pelo auditor.

- A confirmação externa
- B observação
- C inspeção
- D recálculo
- E procedimento analítico

Questão 63

Com o intuito de testar as políticas de alçadas definidas pela instituição, um auditor solicitou que um empregado sem alçada para liberar crédito acima de R\$ 10.000 tentasse efetuar a operação no sistema.

Nesse caso hipotético, o auditor realizou um teste de

- A confirmação externa.
- B inspeção.
- C observação.
- D reexecução.
- E procedimentos analíticos.

Questão 64

Após a data das demonstrações contábeis e antes da emissão do relatório do auditor independente, o auditor tomou conhecimento que um dos principais clientes da empresa havia entrado com pedido de falência.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A O auditor não deve fazer nada, já que o fato ocorreu após a data das demonstrações contábeis.
- B O auditor deve incluir uma ressalva no seu relatório em relação a esse fato, mesmo quando a administração da empresa ajusta as demonstrações contábeis auditadas.
- C O auditor deve avaliar o impacto do evento nas demonstrações auditadas e solicitar à empresa o ajuste das demonstrações, caso conclua que os valores a receber estavam superestimados na data do balanço.
- D O auditor deve solicitar que a empresa divulgue, nas notas explicativas, a natureza do evento e a estimativa de seu efeito financeiro.
- E O auditor deve solicitar à empresa o ajuste somente nas demonstrações relativas ao exercício em que o fato efetivamente ocorreu.

Questão 65

Durante a realização dos testes de contas a pagar, ao analisar a documentação que suportava as operações realizadas, o auditor independente observou que algumas notas fiscais não eram autênticas.

Nessa situação hipotética, diante de um indício de fraude, o auditor

- A não precisa comunicar à administração da empresa, pois não é responsabilidade da auditoria independente a identificação de fraude.
- B deve comunicar a identificação da fraude ao funcionário envolvido.
- C deve comunicar a fraude à administração da empresa, mesmo que os valores envolvidos não representem distorção relevante.
- D não precisa avaliar as implicações da distorção relativamente a outros aspectos da auditoria, devendo manter o seu planejamento inicial.
- E deve comunicar o assunto à administração da empresa, mas somente quando da finalização dos trabalhos, ao emitir a sua opinião.

Questão 66

Um auditor foi contratado para realizar auditoria após a data de fechamento das demonstrações contábeis e, por isso, não conseguiu obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os montantes registrados em estoque. Contudo, o profissional avaliou que as eventuais distorções existentes nas demonstrações contábeis poderiam ser relevantes, mas não generalizadas.

Nessa situação hipotética, o relatório do auditor deve conter

- A opinião não modificada.
- B opinião com ressalvas.
- C abstenção de opinião.
- D opinião adversa.
- E opinião não modificada e parágrafo de ênfase.

Questão 67

Julgue os itens a seguir, de acordo com a NBC TA 230, no que se refere à documentação de evidências de auditoria.

- I O auditor deve preparar documentação de auditoria suficiente para permitir que todos entendam o trabalho executado.
- II A documentação de auditoria não precisa ser registrada em papel.
- III A documentação de auditoria deve incluir apenas os documentos elaborados pelo próprio auditor.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o itens I está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 68

Com relação à Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, estão sujeitos à apresentação de relatório de gestão e à constituição de processo de contas no Tribunal de Contas da União os responsáveis por

- A pessoas físicas beneficiárias de recursos públicos cuja origem seja a unidade da federação na qual têm domicílio.
- B fundações privadas beneficiárias de subsídios ou isenções fiscais federais.
- C empresas que integrem, de maneira provisória, o patrimônio de entidade pública federal.
- D fundações e empresas estatais municipais, em virtude de sua arrecadação própria.
- E entidades de fiscalização profissional.

Questão 69

Entre as autoridades que detêm competência para solicitar prorrogação de prazos previstos para apresentação de relatórios de gestão, conforme Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, estão

- A autoridades de nível equivalente a ministro de Estado.
- B ministros do Supremo Tribunal Federal.
- C senadores da República em exercício de mandato.
- D ministros do Tribunal de Contas da União.
- E presidentes das câmaras legislativas dos estados.

Questão 70

Conforme a NBC TI 01, a atividade de auditoria interna tem por finalidade

- A documentar o processo de auditoria por meio de papéis de trabalho.
- B identificar erros e omissões da gestão em determinado período.
- C punir aqueles que cometam desfalques em uma organização.
- D agregar valor ao resultado da organização.
- E aperfeiçoar os processos da organização.

Espaço livre